

Administração dos tribunais

Secretário de Estado afasta possibilidade de regionalização

O secretário de Estado adjunto e da Justiça, Conde Rodrigues, afastou hoje, no Funchal, a possibilidade de regionalização da administração dos tribunais nas Regiões Autónomas, em resposta a uma reivindicação do Governo Regional da Madeira.

José Conde Rodrigues realçou, a propósito, que "não consta do programa do Governo a regionalização da administração dos tribunais" nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Conde Rodrigues falava à margem da cerimónia de celebração de um protocolo estabelecido entre o Ministério da Justiça e o Governo Regional da Madeira para a "simplificação do acesso por parte dos madeirenses aos serviços de Registo Criminal".

O governante reagia, assim, às declarações do vice-presidente do executivo madeirense, Cunha e Silva, em que este defendeu, "tal como está no programa do Governo Regional, o avanço na regionalização da Justiça".

Isso proporcionaria, diz, "melhores condições físicas dos serviços e transferências de gestão e organização dos meios para melhorar os serviços".

"Estamos aqui na Região com o objectivo de proceder a vários processos visando a melhoria dos serviços da responsabilidade da administração central", respondeu José Conde Rodrigues.

"Vamos fazê-lo na Polícia Judiciária (PJ), nos tribunais e noutros serviços", disse.

Conde Rodrigues destacou que já existem parcerias entre a administração central e a administração regional nas áreas do Notariado e, ainda agora mesmo, na área do Registo Criminal.

"À tarde, iremos visitar o edifício da Alfândega, onde será instalada a nova sede da PJ da Madeira, já no próximo ano. Também no próximo ano vão ser realizadas as necessárias obras no Tribunal do Funchal", anunciou.

O secretário de Estado vai visitar toda a ilha, durante hoje e sexta-feira, "para preparar todo o trabalho para as obras de remodelação e beneficiação dos tribunais da Madeira, processo que estará concluído em 2010".

"O caso mais premente e que será objecto de intervenção urgente é o caso do Tribunal de Santa Cruz", adiantou.

Conde Rodrigues destacou, também, o desafio formulado ao vice-presidente do Governo Regional "para a criação de uma parceria entre os dois executivos para a criação de um Centro de Reinserção Social, como foi já feito nos Açores".

O secretário de Estado, finalmente, revelou que o Ministério da Justiça "acabou de renovar todo o equipamento informático dos tribunais da Região, um investimento na ordem do meio milhão de euros". Ainda hoje, Conde Rodrigues vai assinar um protocolo com a Câmara Municipal do Funchal, para que, após anos de confronto judicial, a administração central passe a pagar pelo uso do Tribunal do Funchal.